

Ano

O povo, apartado do processo político

País singular, o Brasil. Nele, a vida pública está dependente de dois políticos que estavam longe de ser notáveis no período de normalidade democrática em que vigorou a Constituição de 1946. Um deles *infante da bossa-nova* da UDN; outro, modesto integrante das hostes pesedistas. Circunstâncias históricas os favoreceram, catapultando-os providencialmente às culminâncias que outrora se reservavam a quem dispunha de qualidades marcantes para liderar. Reconheça-se entre tais circunstâncias a perda de qualidade dos quadros partidários. Os dois políticos, José Sarney e Ulysses Guimarães, não subiram, crescendo em méritos pessoais: ao derredor de um e de outro o palco afundou; e como permaneceram onde estavam deram a impressão de se ter elevado. Por isso se permitem contar seus votos no Congresso Constituinte, impondo ao País soluções que deveriam corresponder ao equacionamento correto dos gravíssimos problemas nacionais, porém tentam a expressar apenas uma satisfação insolita de interesses imediatos. A forma de governo e a duração do mandato presidencial não estão sendo decididas com vistas à construção de instituições estáveis e cu-

ja prática beneficie o povo: são objeto de um tipo de deliberação a que se chega somente para dar a vitória a Sarney ou a Ulysses.

O eleitor anônimo de que dependem os titulares de mandatos eletivos está perplexo. O cidadão comum que trabalha e paga impostos não o está menos, do empresário ao trabalhador. O presidente, que governa mal, não desempenha a função por escolha deles, mas o desembargo com que se movimenta levaria ao espanto total um marçano que descesse à Terra para tomar conhecimento de como tudo está péssimo no Brasil. O multipresidente fala e resolve como se fosse um iluminado que detivesse a chave dos segredos da felicidade de todos e pretende que a palavra que profere seja a última, a exprimir uma autoridade que precisa ser exercitada sem contraste. Enquanto isso, o País — que nada tem que ver com as rusgas e os caprichos que opõem os srs. José Sarney e Ulysses Guimarães — resvala para dias negros, generalizando-se as incertezas quanto ao futuro próximo. Deixou-se de investir e quem ainda não se despojou de um mínimo de bom senso obedece ao impulso de cruzar os braços e

esperar por todas as más notícias que o futuro trará.

Claro, é preciso pôr fim a esse estado de coisas. Afinal, a quem se confia a promoção ou a salvaguarda do interesse nacional? Quem se preocupa com *ele*, na mais alta hierarquia da Administração e no Legislativo? Quem cuida de investigar e proclamar em que consiste tal interesse? Como se haverá de trabalhar com utilidade para que ele prevaleça, contra as tendências deformantes deste presente tarregado de presságios? Mais: como o povo encontrará meios de fazer chegar aos destinatários sua desaprovação e sua inconformidade?

Não julguem, Sarney e Ulysses, jogando as últimas chances de continuar no proscênio, que poderão, impunemente, encilhar o Brasil e conduzi-lo sem tropeços para onde quiserem. A democracia pressupõe a liberdade e, cedo ou tarde, sobre ambos recairá a condenação a que fazem jus os que se excedem, como mandatários, ultrapassando a vontade mandante ao ponto de contrariá-la, ignorando o. Resta esperar que isso ocorra mais cedo do que tarde. E aqui se chega ao ponto nevrálgico do grande impasse em que o País se debate: como mostrar, sem

demora, ao presidente da República e ao mau líder de senadores e deputados que eles ingressaram nos inviáveis caminhos que conduzem à mais solene reprovação popular?

Que sejam contados logo os votos dessa reprovação, eis o que se pode desejar. Quanto mais depressa acabar esse faz-de-conta que se representa em Brasília, melhor. Com o povo, a realidade está apartada dele e é ela que deve contar. Nunca como agora a comunicação de massa teve tamanha responsabilidade de interpretar o sentimento da sociedade para transmiti-lo aos que a exploram e, na Constituinte como no Executivo, esforçam-se por reduzir-lhe o espaço para ampliar a ação e o poder do Estado. A prosseguir a transição como vai, não se formulará o regime de liberdade tão longamente esperado: serão colocados alguns blocos de pedra para erguer instituições condenadas a ter vida curta porque o modelo delas terá sido desenhado por arquitetos medíocres — políticos menores empinhados em tirar proveito da reconstrução nacional, em vez de facilitar que seja acelerada para redimir o País dos males que o acometem e encaminhá-lo em linha reta para o porvir a que faz jus.

ESTADO DE SÃO PAULO